

ANTÓNIO JOSÉ DE ÁVILA E OS LIBERAIS PROGRESSISTAS (1868-1881)*

PAULO JORGE FERNANDES

INTRODUÇÃO

António José de Ávila foi uma das personalidades políticas mais influentes do seu tempo. Durante uma longa carreira, iniciada em finais de 1831 com o exercício da presidência da câmara municipal da sua vila natal, a Horta, passou por todos os cargos a que um homem público poderia aspirar em Portugal. Foi administrador-geral de distrito (em Évora), governador civil (no Porto), deputado durante quase três décadas, par do reino ao longo de 20 anos, embaixador (em Paris), conselheiro de Estado, ministro de várias pastas em 11 governos (entre 1841 e 1878) e presidente do Conselho de Ministros (em 1868, 1870-1871 e 1877-1878). O seu currículo registou, igualmente, uma impressionante acumulação de empregos, comissões de serviço e de honra, missões diplomáticas, condecorações, títulos nobiliárquicos, bem como diplomas científicos e beneméritos, tanto no país como no estrangeiro¹.

Do ponto de vista ideológico o seu posicionamento transitou entre o cartismo moderado na década de 1830 e o apoio ao «cabralismo», na versão experimentada entre 1849-1851, até reservar para si um espaço político flutuante e de relativa independência em relação às facções e aos partidos durante a Regeneração, a que veio a dar o seu próprio nome, o «avilismo».

* Comunicação apresentada no *Colóquio Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Duque de Ávila e Bolama* realizado na Cidade da Horta no dia 9 de Março de 2007, organizado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores com a coordenação científica do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e o apoio do Núcleo Cultural da Horta.

¹ Para uma perspectiva abreviada da carreira política de António José de Ávila cf. José Miguel Sardica, «António José de Ávila», in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004, pp. 236-240 e Idem, *Duque de Ávila e Bolama, Biografia*, Lisboa, Dom Quixote e Assembleia da República, 2005, pp. 605-615.

No contexto da política portuguesa de Oitocentos, António José de Ávila foi um sobrevivente, que sempre procurou adaptar-se à evolução dos acontecimentos. A sua postura conservadora raramente seria apreciada pela ala mais «progressista» ou «avançada» do regime. Acusavam-no de ser um homem sem princípios, logo impróprio para protagonizar qualquer tipo de projecto de poder. Todavia, em determinados momentos e com alguma dose de cinismo à mistura, a «Esquerda» liberal aproximou-se de António José de Ávila quando a mesma ligação parecia encurtar as distâncias entre os proscritos da Regeneração e os Conselhos da Coroa. O presente texto procura aclamar os termos do relacionamento instrumental entre reformistas, históricos e progressistas e os «avilistas» no período que decorreu entre 1868 e 1881, ou seja, do primeiro governo liderado por António José de Ávila até à data da sua morte.

A JANEIRINHA «EMBUÇADA»

No início de Janeiro de 1868 uma revolta popular ocorrida em Lisboa, mas com origens no corpo comercial do Porto, promoveu o derrube do chamado «Governo da Fusão», que resultara da aliança entre o Partido Regenerador, onde pontificavam Joaquim António de Aguiar e Fontes Pereira de Melo, entre outros, e a ala fusionista e moderada do Partido Histórico (a «unha branca»), entregue ao comando político do duque de Loulé e de Anselmo José Braamcamp².

Por estes dias, em causa encontrava-se a agressividade da política fiscal do ministro da Fazenda, Fontes Pereira de Melo, baseada no lançamento de novos impostos para fazer face ao agravamento do défice do Estado, e uma reforma administrativa, da autoria do ministro do Reino, Martens Ferrão, de teor supostamente centralista. O tom de polémica era elevado pela promessa de extinção de alguns distritos do país³.

O rei D. Luís revelou extremas dificuldades para encontrar uma solução política para a crise aberta pela cessação da experiência da «Fusão», o que se

² Carlos Manuel Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista: da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, 2003, Edições Colibri e Luís Dória, *Correntes do radicalismo oitocentista. O Caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, ICS, 2004.

³ Daniel Alves, Nuno Lima e Pedro Urbano, «Estado e Sociedade em Conflito: o Código de Martens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efêmera», Comunicação apresentada no XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Lisboa, ICS, 2004.

explicava pelo fraccionamento da oposição, pelo receio do Paço em ceder demasiado à pressão popular e pela situação caótica em que se encontravam as contas públicas. Ninguém parecia querer dar a cara perante a dificuldade da tarefa⁴.

O novo executivo liderado pelo conde de Ávila, uma terceira escolha depois das recusas do duque de Loulé e do marquês de Sá da Bandeira em avançar, não entusiasmou os promotores da «Janeirinha». Desconfiavam do novo presidente do Conselho, homem que «nunca se mostrou dotado da enérgica iniciativa que as circunstâncias exigem». O nomeado, pelo seu lado, não hesitou. De acordo com os comentadores políticos da época, acabada a experiência da «Fusão», o rei ao chamar António José de Ávila, por proposta do duque de Loulé, para formar um governo híbrido, porque os sequazes da «Janeirinha» «(...) não continham entre si elementos de governo que prestasse (...)», pretendeu restabelecer a ordem nas ruas sem ceder demasiado poder aos «agitadores de profissão» e aos «empresários de arruaças», ou seja, aos adeptos do «Partido de Janeiro». O facto de António de Ávila não pertencer a nenhum partido dava-lhe aparente vantagem sobre outros potenciais indigitados. Por este motivo, os principais obreiros da «revolução popular» – o barão de Vila Nova de Fozcôa e o conde de Peniche – ficaram de fora da escolha régia. O convite a Ávila era natural, uma vez que se tratava de um político experiente, várias vezes ministro no passado, sendo uma figura próxima do Paço. Todavia, a escolha não se revelou pacífica. No dizer de Oliveira Martins, a «Janeirinha» fora «embuçada»⁵.

A entrega da sensível pasta da Fazenda ao inexperiente deputado José Dias Ferreira, um jovem jurista oriundo de Arganil e professor de leis na Universidade de Coimbra, lançou as primeiras dúvidas sobre a capacidade do executivo em lidar com uma matéria tão delicada e decisiva para o futuro do reino, sendo esta, a par da questão administrativa, um dos problemas que

⁴ Conde de Samodães, *Exame Retrospectivo dos Actos Financeiros do Ministério de 22 de Julho de 1868*, Porto, Typographia da «Palavra», 1873, p. 10 e Eduardo de Noronha, *À Porta da Havanesa*, Porto, Magalhães e Moniz, Lda. - ditores, 1911, pp. 106-107.

⁵ Duarte Gustavo Nogueira Soares, *Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1883, p. 187; Marques Gomes, *História de Portugal Popular e Ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas*, Vol. XII, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1907, p. 300; Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1996, pp. 285-286 e Fernando Moreira (org.), *José Luciano de Castro: correspondência política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal Editores, 1998, pp. 80-81.

mais urgentemente pediam reforma⁶. A chamada de Dias Ferreira para o elenco ministerial, única concessão feita pelo rei aos revoltosos dos dias anteriores, foi, sobretudo, política, até porque de entre os membros do governo, este era o único que tinha participado directamente nos acontecimentos que levaram à eclosão da revolução. Dias Ferreira entrava para o executivo com a intenção de desenvolver a política dos «Janeirinhas», enquanto António José de Ávila, esse sim considerado o verdadeiro especialista nas questões financeiras, se encarregaria de assegurar que o lente de Coimbra não iria longe de mais nas suas iniciativas. Os «anti-fusionistas» mais exaltados não perdoaram a traição a Dias Ferreira por este ter aceite o lugar num governo liderado por António José de Ávila⁷. Dito de outra forma, num primeiro momento, os revoltosos ainda alimentaram alguma expectativa benévola em relação à solução encontrada, mas depressa abandonaram a sua fé, deixando de acreditar nas boas intenções do governo. Acima de tudo, a adesão popular a António José de Ávila derivava mais da repulsa em relação ao gabinete anterior do que propriamente do reconhecimento dos méritos dos ministros empossados, onde o radicalismo triunfante não se encontrava devidamente representado. Para a «Esquerda» mais «avançada», acabada de sair da «Janeirinha», o chefe do executivo era, sobretudo, culpado, por não apresentar quaisquer princípios políticos.

A revogação dos diplomas mais controversos do ministério da «Fusão», ainda em Janeiro de 1868, não acalmou a fúria dos reformistas⁸. Para além disso, o triunfo claro do executivo nas eleições legislativas que se seguiram,

⁶ Os discursos que Dias Ferreira proferiu nas sessões parlamentares de 9 e 10 de Junho de 1869, cerca de 11 meses depois de ter saído do governo, onde veio justificar e comentar a sua passagem pelos Conselhos da Coroa, em 1868, revelavam já, todavia, um homem com profundos conhecimentos em matérias de política económica e financeira. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessões de 9 e 10 de Junho de 1869, pp. 339-359.

⁷ *O Periódico dos Pobres*, de 7 de Novembro de 1857; José Miguel Sardica, «Um homem para todas as causas – perfil político do duque de Ávila e Bolama», in *Análise Social*, n.º 160, Lisboa, ICS, 2001, pp. 639-684; Pedro Lains, *História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*, Lisboa, ICS, 2002, pp. 45-47 e Luís Dória, *Correntes do radicalismo oitocentista. O Caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, ICS, 2004, p. 78.

⁸ Apesar de apenas ter nascido oficialmente em 1870, as origens do Partido Reformista radicam no movimento de oposição à política económico-financeira da «Fusão», em 1867, mate-

em Março de 1868, significou a derrota do programa fusionista e deu carta branca ao conde de Ávila para colocar em marcha a sua política de restrição orçamental⁹. Surpreendentemente, o governo iria sentir inesperados problemas em São Bento, pois faltava-lhe alguma margem de manobra parlamentar apesar dos recentes resultados obtidos nas urnas, facto visível logo na eleição do presidente da Câmara dos Deputados, onde a facção governamental conseguiu eleger Costa e Silva com apenas 70 votos a favor em 123 possíveis, o que se explica em função da destruturação do sistema partidário da época¹⁰. As propostas financeiras de Dias Ferreira não entusiasmaram o chefe do executivo nem a sua suposta base de apoio, afundando-se politicamente na impossibilidade da resolução do problema do défice do Estado. Por outro lado, um escândalo envolvendo a Companhia de Caminho de Ferro do Sueste ajudou a dividir a maioria parlamentar¹¹. Na rua, a pressão popular, dirigida pelo conde de Peniche, passou a exigir o fim desta aventura governativa híbrida¹². A crise ministerial não demorou a estalar, acabando o presidente do Conselho de Ministros por pedir a demissão a 14 de Julho de 1868. A primeira experiência do conde açoriano como chefe do governo dificilmente poderia ter corrido pior.

rializada na «Janeirinha», nos inícios de 1868. Ainda que sem existência formal enquanto «Partido», passaremos doravante a identificar este movimento como reformista. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 9 de Junho de 1869, pp. 342-343.

⁹ Os governamentais fizeram eleger 120 deputados num total de 165, ou seja, 72% dos eleitos.

¹⁰ Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

¹¹ O escândalo relacionado com este contrato, assinado em 14 de Outubro de 1865, tinha contornos pouco claros e envolvia pesadas indemnizações por parte do Estado a agiotas ingleses. *Documentos relativos aos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste: seus prolongamentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869; Conde de Samodães, *Exame Retrospectivo dos Actos Financeiros do Ministério de 22 de Julho de 1868*, Porto, Typographia da «Palavra», 1873, pp. 36-37 e J. Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1907, pp. 240 e 320-321.

¹² A plebe lisboeta era orquestrada por D. Caetano, 3.º conde de Peniche, que se encontrava incompatibilizado com o conde de Ávila desde Março. *Diário Popular*, de 31 de Maio de 1868.

A ALIANÇA TRANSITÓRIA E INSTRUMENTAL ENTRE «AVILISMO» E REFORMISMO

Sucedeu-lhe um governo liderado pelo marquês de Sá da Bandeira com D. António Alves Martins, bispo de Viseu, ao lado. Tratava-se de uma mistura explosiva, pois representavam sensibilidades diferentes à «Esquerda»: o nobre aparecia em nome dos moderados, o eclesiástico dos mais radicais, embora em rota de aproximação a posições consensuais¹³. Na pasta da Fazenda, Carlos Bento da Silva, funcionava, mais uma vez, como a guarda avançada enviada pelo «avilismo» e pelo Paço com o objectivo de colocar o reformismo sob estrita vigilância para impedir que as reformas governamentais fossem longe demais.

Apesar de ter ganho as eleições legislativas seguintes, em Abril de 1869, a coligação que ocupou o poder depressa se desgastou, à semelhança do ocorrido com Ávila poucos meses antes. Como os problemas financeiros do Estado não desapareciam, Sá da Bandeira ainda tentou fazer entrar o conde de Ávila para o seu elenco ministerial com o objectivo de abafar as polémicas entre grupos rivais e ganhar alguma respeitabilidade agora que era preciso negociar nas praças estrangeiras, mas o plano não funcionou. O conde de Ávila era visto por Sá da Bandeira e pelo bispo de Viseu como alguém que podia garantir alguma credibilidade às ideias financeiras dos reformistas, embora a «Esquerda» mais exaltada o considerasse demasiado errático e apenas interessado em cumprir a sua própria agenda política. Tal mistura deveria ser evitada. A constelação de facções, filhas da Revolução de 1868, divergia quanto ao caminho político a seguir, demonstrando a impossibilidade de se gerar um movimento unívoco nos seus propósitos¹⁴.

¹³ Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 58-65, policopiado.

¹⁴ Dias Ferreira, explicitamente no parlamento, deu conta da sua oposição ao executivo, recriando-o por este se propor atacar a questão do défice das contas públicas pelo lado da redução cega e sem critério da despesa, menosprezando o aumento das receitas, tornando clara a distância política entre o que tinha sido o «avilismo» com Dias Ferreira, em 1868, e parte das bases de apoio do que viria a engrossar o caudal do reformismo. O antigo ministro apresentava como exemplos de políticas extremistas com as quais não concordava pela sua demagogia, entre outras, o corte nas obras públicas que o governo considerava caras e Dias Ferreira via como despesas de investimento e a lei eleitoral de 18 de Março de 1869 que

As «Esquerdas» e o conde de Ávila seguiram caminhos divergentes, mas quando ocorreu a «Saldanhada», em Maio de 1870, ficaram do mesmo lado da barricada contra o duque insurrecto. Os reformistas ainda alimentaram a ilusão de poder vir a controlar a situação, mas Saldanha não lhes abriu as portas do poder. O golpe de 19 de Maio teve, então, o condão de obrigar as várias famílias políticas compostas por regeneradores, históricos e reformistas, a definirem-se politicamente e a reagruparem-se para responder a um programa que contrariava o interesse de uns e concorria em parte com as ideias de outros. Independentemente das expectativas criadas em cada grupo, a ocasião serviu para formalizar o nascimento do Partido Reformista. No encontro fundador, a 27 de Julho de 1870, presença significativa e muito notada foi a de Carlos Bento da Silva, o antigo ministro da Fazenda do governo Sá/Viseu e figura próxima de António José de Ávila, como espectador atento do que se passava. O «avilismo», dada a sua natureza híbrida, procurava aliados até nos quadrantes mais improváveis.

Teria de se esperar até 29 de Agosto de 1870 para que D. Luís fizesse a vontade à oposição e despedisse o governo, através de uma manobra palaciana que fazia lembrar a «Emboscada» de Outubro de 1846. O conde de Peniche, já tinha abandonado o gabinete, em 1 de Agosto, em rota de colisão com o duque de Saldanha que procurava recuperar a credibilidade do executivo despedindo um dos elementos mais controversos. O lugar foi assumido interinamente por Câmara Leme, depois de António José de Ávila, já feito marquês, o ter recusado. De igual forma, Saldanha procurou uma saída para a crise reunindo-se com o duque de Loulé, Anselmo José Braamcamp, António José de Ávila, Eugénio de Almeida, Sá da Bandeira, Fontes Pereira de Melo e Joaquim António de Aguiar, ou seja, com todos os líderes da oposição, a 16 de Agosto, comunicando-lhes que estaria na disposição de abandonar o poder se alguém encabeçasse uma solução viável politicamente. A 26 de Agosto, aproveitando a ausência do duque de Saldanha em Sintra, o rei mandou chamar Dias Ferreira, que voltava a ser ministro, a quem comunicou a demissão do governo¹⁵.

reduziu o número de deputados com o argumento das «economias», enquanto para Dias Ferreira a medida apenas serviu para satisfazer os interesses eleitorais do executivo. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 9 de Junho de 1869, pp. 339-351.

¹⁵ *Diário Popular*, de 2, 17 e 18 de Agosto de 1870, p. 1; Idem, de 3 de Setembro de 1870, p. 2; Conde de Monte Real, *Livro de Família in memoriam de José Dionísio de Melo e Faro, 1834-1877, no centenário do seu nascimento, 1834-1934*, Lisboa, Sociedade Nacional de

O poder foi imediatamente oferecido a Sá da Bandeira (Presidência, Guerra e Marinha interinamente), ao bispo de Viseu (Reino e Instrução Pública), ao marquês de Ávila (Fazenda, Estrangeiros e Justiça interinamente) e a Carlos Bento da Silva (Obras Públicas). Os reformistas estavam de volta aos Conselhos da Coroa, mas desta vez também não tinham razões para celebrar, pois teriam de dividir a influência dentro do governo com os «avilistas».

Apesar das parecenças, o novo ministério não era uma simples reedição do gabinete de 22 de Julho de 1868, pelo simples facto de que, pelo menos até à realização das eleições, o governo resultava de um frágil acordo entre o triunvirato formado pelo bispo de Viseu/Sá da Bandeira/marquês de Ávila. O «Partido de Janeiro» voltava a não controlar os destinos do gabinete, ou seja, mesmo que o acto eleitoral lhe corresse de feição, dificilmente teria condições políticas para colocar em prática os pontos mais polémicos da sua agenda e que passavam pela alteração da Constituição¹⁶, vigiados de perto que estavam pelo paço e por Ávila. Assim, não é de espantar a surpresa com que a «Esquerda» radical encarou este desfecho que se pretendia interino e de reconciliação entre várias sensibilidades descontentes com o «Governo dos 100 dias»¹⁷.

A nova situação nasceu sob o signo da concórdia nacional apenas na aparência. Com este propósito, Sá da Bandeira chamou o marquês de Ávila e Carlos Bento, enquanto o bispo de Viseu defendia que se devia esperar pelas eleições para completar o governo, recusando sempre a ideia de qualquer tipo de coligação. Agora, tal como durante a «Saldanhada», a hierarquia reformista não estava disposta a partilhar o poder. Depois da ida às urnas, Sá da

Tipografia, 1934, pp. XXVIII-XXIX; Carlos Manuel Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 197 e Luís Dória, *Correntes do radicalismo oitocentista. O caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, ICS, 2004, pp. 148-159.

¹⁶Sobre a agenda política do reformismo cf. Carlos Manuel Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003 e Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 58-65 e pp. 68-78, policopiado.

¹⁷*Diário Popular*, de 30 de Agosto de 1870, p. 1; António Pedro Manique, «Sá da Bandeira, Pariato e Governação: Ideologia e Práticas Políticas», in AA.VV., *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal 1795-1910*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1996, p. 94 e Maria de Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, Lisboa, ICS, 2002, pp. 87-88.

Bandeira insistiu na ideia de um gabinete de reconciliação, mas o ministro do Reino continuou a advogar que o seu grupo devia assumir sozinho as responsabilidades governativas, revelando como dois dos principais dirigentes do «Partido de Janeiro» tinham visões distintas quanto à forma como deveriam exercer o poder.

As eleições legislativas seriam adiadas pelo bispo de Viseu por 2 semanas para substituir governadores civis e administradores de concelho. A 12 de Setembro, o marquês de Ávila pediu a demissão por não concordar com a protelação do acto eleitoral. O marquês era claramente o elemento dissonante num ministério afecto ao «Partido de Janeiro», mas existiam razões políticas mais profundas que explicavam a saída de Ávila do governo. O marquês opunha-se ao discurso das bases reformistas mais exaltadas contra Saldanha e estava apostado em impedir represálias contra a obra legislativa do «governo dos 100 dias», condição pela qual acedeu em acompanhar Sá da Bandeira e o bispo no executivo em 29 de Agosto.

Quando o sufrágio se efectuou, os reformistas ganharam as eleições, mas faltava-lhes uma maioria clara para governar sem dependências, ficando prisioneiros dos resultados obtidos pelos «avilistas», seus parceiros no executivo. A experiência, que não funcionou anteriormente, dificilmente poderia correr bem desta vez. Como se esperava, nos finais de Outubro de 1870, o governo apresentou a demissão, embora como resultado das divergências que se cavaram entre Sá da Bandeira e o bispo de Viseu, com origem antes da realização das eleições. O rei recusou a renúncia. Todavia, a situação era irreversível. Pouco mais de uma semana depois, a 25 de Outubro, Sá da Bandeira, alegando problemas de saúde, voltou a pedir ao rei para o dispensar do executivo. O paço, desta feita, aceitou a pretensão do marquês e encarregou o bispo de liderar o novo ministério. Este, pressionado por D. Luís, primeiro recusou a tarefa, mas depois entregou a presidência, os Estrangeiros e as Obras Públicas (interinamente) ao inevitável marquês de Ávila. Inicialmente, o bispo de Viseu terá recusando manter-se no executivo, aceitando permanecer em funções depois de convencido pelos moderados do seu partido. Estes, com a anuência de D. Alves Martins, impuseram à ala extremista a integração de António José de Ávila no governo como condição para a sua sobrevivência¹⁸.

¹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 28 de Agosto de 1871, p. 414 e *Diário Popular*, de 6 de Fevereiro de 1882, p. 1.

O segundo governo entregue ao comando político de Ávila deixou os reformistas numa posição secundária. D. Alves Martins manteve a pasta do Reino (e a da instrução Pública, interinamente), sendo nomeando Carlos Bento da Silva para a da Fazenda, Saraiva de Carvalho para a da Justiça, o general José Maria de Moraes Rego para a da Guerra e José de Melo Gouveia para a da Marinha e Ultramar, estes dois últimos claramente conotados com o «avilismo». Os reformistas ficam apenas com duas pastas no gabinete, ainda que uma delas com grande peso político.

Esta solução, mais uma vez, dividiu o principal partido que sustentava o governo. Latino Coelho, rosto visível da ala extremista do reformismo não concordava com a entrada em força dos «avilistas» no executivo, enquanto o bispo de Viseu aceitara as sugestões do Paço como forma de evitar um novo afastamento do «Partido de Janeiro» da órbita do poder. Mais uma vez ficava demonstrada a capacidade de intervenção de D. Luís, que preferiu recentrar o equilíbrio de forças dentro do elenco governativo ao dar um papel de destaque a Ávila, mostrando como o rei não confiava entregar o poder exclusivamente aos «rapazes do bispo».

Para os regeneradores, os reformistas tinham agora uma contradição para resolver: conviver com Ávila no ministério depois deste o ter abandonado recentemente. Passados 34 anos desde a Revolução de Setembro, os reformistas reviviam o dilema sofrido por Passos Manuel, em 1836-1837. Preci-savam do auxílio da «cauda radical», onde encontravam parte da sua base de apoio, mas por outro lado, ficavam devedores do amparo de sectores mais moderados, sendo obrigados a tolerar Ávila e os seus amigos, para serem uma alternativa de poder consistente e respeitável aos partidos da extinta «Fusão». É nesta inultrapassável contradição que se iria cavar a derrocada reformista dentro de poucos meses¹⁹.

¹⁹ A contradição foi imediatamente notada pelos comentadores da época. Cláudio Nunes, deputado do Partido Histórico escreveu que «há, pois, governo, mas segundo o verdadeiro espirito do sistema representativo não há *ministério* [itálico no original], porque os actuais conselheiros da coroa, pessoas individualmente dignas de todo o respeito pelos seus dotes de coração e de inteligência, não representam mais do que uma coligação de homens, sem corpo de doutrinas que os possam graduar em representação de *partido* [itálico no original]. Cláudio José Nunes, *Verdades Amargas. Estudo Político Dedicado Às Classes que Pensam, Que Possuem e que Trabalham*, Lisboa, Typographia de Francisco Xavier de Sousa & Filho, 1870, p. 94.

A aliança estabelecida entre reformistas e «avilistas» era apenas transitória e instrumental. O chefe do governo, a 3 de Novembro de 1870, veio a São Bento clarificar a sua posição. Depois de fazer profissão de fé no programa reformista de maneira suficientemente vaga para agradar aos seus amigos políticos conservadores e à ala moderada dos reformistas, anunciou-se disposto a enfrentar com determinação a questão da fazenda e a defender a aprovação parlamentar dos actos da «Saldanhada». Depois de entoar novamente a canção das dificuldades financeiras propôs severidade nas despesas, aumento das receitas e o restabelecimento do crédito. Era o voltar de página que julgava essencial para começar a cobrar impostos e a governar livre do fantasma da ditadura. O marquês não queria ser visto como o executor da política radical do «governo dos 100 dias», mas por outro lado, tinha-se comprometido a não ser o seu carrasco. Enquanto não fosse aprovado um *bill* de indemnidade não podia passar à acção²⁰.

Os reformistas tinham agora que se preocupar em apresentar uma justificação no parlamento sob pena de se afundarem em contradições que minariam a credibilidade do executivo. Depois de terem sido, tirando uma fase inicial, adversários da ditadura de Saldanha, agora propunham-se apresentar um *bill* de indemnidade que sancionaria os seus actos. O bispo de Viseu, inicialmente, teria manifestado uma posição contrária à aprovação do *bill*, mas as circunstâncias políticas e a pressão de Ávila obrigaram-no a mudar de opinião. Os reformistas precisavam de engolir o *bill* para não perder o apoio de Ávila e dos seus prosélitos na câmara dos deputados, condição essencial para a sobrevivência do governo, apesar disso significar a confissão pública de que concordavam com algumas das medidas da «Saldanhada», quando antes tinham marchado ao lado da oposição²¹.

Por outro lado, históricos e regeneradores não se cansaram de apontar a incoerência da aliança que desautorizava politicamente o governo. Resumindo argumentos, o deputado histórico João António dos Santos e Silva concluiu no parlamento que, «creio que nenhuma voz se levantará, creio que ninguém terá a audácia de blasonar que fora o sr. marquês de Ávila quem sinceramente se convertera ao grémio radical da Rua Nova do Almada. Quem se converteu foi o partido exclusivista, intransigente, puritano, ultra-liberal, que se reformou

²⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 3 de Novembro de 1870, p. 58 e *Diário Popular*, de 3 de Novembro de 1870, p. 1.

²¹ *Gazeta do Povo*, de 16 de Novembro de 1871, p. 1.

em conservador». Há dois meses atrás Ávila era incompatível com o bispo de Viseu porque se apresentava como «conservador, bebera leite, crescera, medrara na escola reaccionária do nosso país, e pactuara compromissos com o sr. duque de Saldanha, que os moralistas e os puros não podiam aceitar». Agora, na óptica instrumental dos reformistas, já servia como garante da estabilidade governativa. Aceitar o *bill* significava admitir a responsabilidade política pelos actos da ditadura. O primeiro dever do gabinete em funções, a bem da sua coerência, seria o de revogar as medidas da «Saldanhada», não propor a sua sanção. Mas não se tratava de um problema de coerência. Sem o *bill* os reformistas perdiam Ávila e sem o marquês perdiam o pé no governo²².

Seria novamente a questão do défice das contas públicas a acelerar as divergências entre reformistas e avilistas. As medidas económicas do responsável pela pasta da Fazenda apresentadas no parlamento a 22 de Novembro de 1870 não foram recebidas com entusiasmo pelos reformistas. Percebeu-se imediatamente porquê. Carlos Bento propunha extinguir o défice no prazo de dois anos à custa de um pacote legislativo, de onde se salientava a actualização da matriz predial, o aumento do imposto pessoal e do real de água – com excepção de Lisboa, a obrigação da compra dos bens nacionais por moeda metálica e a criação de uma caixa económica do Estado com vista a captar as poupanças particulares. Na prática, as duas primeiras medidas equivaliam a um aumento da carga fiscal, precisamente aquilo que os reformistas tinham combatido na «Fusão»²³.

Por outro lado, no início de 1871, e sem que nada o anunciasse, produziram-se dissensões irreparáveis dentro do governo devido à nomeação do bispo do Algarve para o lugar de patriarca de Lisboa, defendida pelo ministro da Justiça²⁴. Ávila tinha outras ideias, propondo o arcebispo de Goa, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa para o lugar. Este era considerado um católico demasiado conservador e pouco zeloso dos seus deveres, tendo abandonado o

²² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 5 de Dezembro de 1870, p. 426 e Cláudio José Nunes, *Verdades Amargas. Estudo Político Dedicado Às Classes que Pensam, Que Possuem e que Trabalham*, Lisboa, Typographia de Francisco Xavier de Sousa & Filho, 1870, p. 13.

²³ *Jornal do Comércio*, de 23 e 30 de Novembro de 1870 e Ferreira Lobo, *As Confissões dos Ministros de Portugal (1832 a 1871)*, Lisboa, Tipografia Lisbonense, 1871, p. 48.

²⁴ Tratava-se de D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso, bispo do Algarve desde 1863. Foi apresentado na Sé a 23 de Janeiro de 1871 e confirmado no lugar de Patriarca de Lisboa por Bula Pontefícia a 16 de Maio desse ano. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto e Lisboa, Livraria Civilização - Editora, 1970, p. 488.

posto no Oriente e regressado à Europa, para, alegadamente, gozar dos rendimentos do cargo e preparar a sua candidatura ao patriarcado de Lisboa²⁵.

Pelo seu lado, Saraiva de Carvalho manteve a decisão, mas não resistiu ao braço de ferro com o chefe do executivo, sendo forçado a apresentar a demissão, gesto no qual foi acompanhado pelo bispo de Viseu em nome dos «princípios liberais do partido reformista»²⁶. O rei, tentando moderar a situação, chamou Alves Martins e Ávila ao paço, mas o ministro do Reino não recuou na sua posição, sintomática das divergências latentes entre avilistas e reformistas, já detectadas anteriormente. Uma possível interpretação para a crise era a de que os reformistas radicalizaram a sua posição para tentar afastar a tutela de Ávila sobre o governo, o que não conseguiram.

Em pleno Conselho de Ministros, realizado a 28 de Janeiro de 1871, Ávila, que já não podia recuar, forçou a saída do ministro da Justiça, tornando impossível qualquer acordo com os reformistas. A resolução da crise ficava nas mãos de D. Luís: ou dissolvia o parlamento e marcava eleições, ou mantinha o marquês, também ele demissionário desde o início do diferendo, ou conservava Saraiva de Carvalho e o bispo de Viseu. O monarca decidiu ficar com Ávila. Mais uma vez dava o sinal de que não patrocinaria um governo dominado pelos reformistas. Era o início do ocaso do partido de D. Alves Martins²⁷. Ávila conseguiu o que pretendia, remodelando o governo a seu jeito. Logo a imprensa reformista veio lembrar que o marquês não tinha maioria na câmara dos deputados e que uma eventual aliança entre avilistas, regeneradores e/ou históricos seria contra natura. Os reformistas ressentidos mudaram de opinião e atribuíram as responsabilidades pela crise política a Ávila e não a quaisquer manobras para se verem livres do Presidente do Conselho de Ministros. Quando o parlamento

²⁵ Era arcebispo de Goa desde 1860. D. João Amorim Pessoa terá regressado à Europa, em Fevereiro de 1869, por motivos de saúde. Amorim Pessoa manteve desde que chegou à Índia uma relação conflituosa com o governador do território. Em 1869, considerou não ter condições para continuar a exercer o cargo tendo retornado à metrópole sem que se lhe conhecesse qualquer desejo de vir a ocupar o lugar de patriarca de Lisboa, lugar para o qual, de resto, não contaria com o apoio de Roma. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto e Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1970, p. 620.

²⁶ Muitos anos depois, Mariano de Carvalho revelou que, na época, o bispo tinha sido acusado de querer reservar para si o lugar de patriarca de Lisboa, sendo esta a verdadeira razão da dissensão governamental. *Diário Popular*, de 6 de Fevereiro de 1882, p. 1.

²⁷ Lopes d'Oliveira, *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, p. 21.

reabrisse, o executivo não contaria com vida fácil, deixando clara qual seria a posição do seu grupo parlamentar, porque «se o sr. marquês se afastou de nós, não pode esperar que o sigamos fielmente». Percebeu-se, igualmente, que os reformistas não queriam ir a votos. Com o ministério do Reino nas mãos de Ávila, ficariam mais longe dos Conselhos da Coroa²⁸.

Ávila conseguiu adiar a abertura das cortes para 11 de Março. Os reformistas entendiam que se estava a desenhar o fim do ministério Ávila/Carlos Bento e que se começava a ajeitar o caminho para aquilo que se designava como um «governo à Bismarck», entregue ao comando de Fontes Pereira de Melo, preparando-se «nas trevas um gabinete regenerador que governe pela força»²⁹. A verdade é que Ávila demorava na recomposição definitiva do seu governo porque se encontrava em negociações com todos os outros grupos políticos à procura do apoio que não lhe era garantido pelo partido maioritário em São Bento na altura. As suas preferências iam para Fontes Pereira de Melo e para os regeneradores.

Em meados de Fevereiro de 1871, os reformistas, perante o perigo crescente de uma dissolução parlamentar e do espectro de terem de ir a votos, alteraram o seu posicionamento perante o executivo. O partido reuniu as suas principais figuras para escolher uma comissão política destinada ao acompanhamento da situação. No encontro aprovou-se a adopção de um «procedimento moderado e prudente», e deu-se instruções aos deputados para apoiarem o governo nas questões de administração e fazenda, recusando ao mesmo tempo qualquer tipo de aliança com outros agrupamentos parlamentares. Cautelosamente, perante a hipótese de dissolução que conduziria a eleições de resultado incerto, preferiu-se retomar o apoio a Ávila³⁰.

No início de Março, Ávila conseguiu, finalmente, compor o governo através das entradas de José Marcelino de Sá Vargas e do visconde de Chancelheiros para as pastas da Justiça e das Obras Públicas, respectivamente. As escolhas demonstravam quanto o marquês tinha ficado reduzido ao seu círculo de amigos, esgotando as alternativas de fazer entrar no ministério gente afecta a outros grupos políticos. O chefe do governo defendia e procurava o consenso, como o próprio o confessou na Câmara dos Pares, mas apenas o obteve junto

²⁸ *Diário Popular*, de 31 de Janeiro de 1871, p. 1.

²⁹ *Diário Popular*, de 9 e 13 de Fevereiro de 1871, p. 1.

³⁰ Carlos Manuel Guimarães da Cunha, *A «Janeirinha» e o Partido Reformista: da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 217.

dos seus fiéis. O «avilismo» ficava dependente do apoio que os partidos decidissem conceder-lhe enquanto tal fosse conveniente para cada um deles.

A 17 de Maio, as posições extremaram-se. Latino Coelho, uma das vozes dos reformistas mais avançados, apresentou no parlamento dois projectos de lei que corrigiam o orçamento do ministério da Marinha e Ultramar e interrogou o ministro da tutela de maneira considerada pelos «avilistas» como hostil ao executivo, fazendo adivinhar o rompimento definitivo entre o governo e o bloco reformista. Reflectia-se o descontentamento antigo que as bases reformistas mais exaltadas alimentavam contra Ávila desde a formação da aliança entre o bispo e o marquês, mas que a ala moderada não partilhava com igual intensidade por motivos pragmáticos³¹.

A resposta de Ávila foi violenta, atacando a incoerência dos apoiantes do bispo de Viseu. O presidente do Conselho lembrou que fora convidado por D. Alves Martins para o governo em Outubro de 1870 e que se o prelado o aceitou nessa altura, sabendo do seu credo político, não tinha agora como repudiar essas mesmas ideias. Dias depois, também Osório de Vasconcelos, em São Bento, acometeu contra o ministério de forma impetuosa, reafirmando que as bases reformistas extremistas nunca tinham reconhecido qualquer tipo de confiança política a Ávila, acusado de ser «o homem de todas as situações, o homem de todos os princípios, o homem de todas as ideias, o homem de todos os partidos».

A alteração de posicionamento dos reformistas em relação ao avilismo clarificava posições, mas não passava de um erro táctico difícil de entender uma vez que a coroa já tinha demonstrado não estar disposta a encontrar nova solução governativa junto do «Partido de Janeiro». Tinha-se chegado ao ponto de não retorno, declarando-se a incompatibilidade entre Ávila e a câmara. Sem apoios, o marquês fez o que lhe competia. Para se ver livre dos reformistas pediu a dissolução do parlamento e a marcação de eleições. Agora, caberia ao poder moderador resolver a situação. Mais uma vez, os reformistas ficavam nas mãos de D. Luís. Deveriam saber o que isso significava.

O rei e os seus conselheiros não tiveram dúvidas sobre qual o procedimento a adoptar. O Conselho de Estado votou favoravelmente pela dissolução, no dia 6

³¹ Melo Gouveia estava sob a mira dos reformistas, acusado de mostrar «os menores conhecimentos do ministério a seu cargo». *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 31 de Maio de 1871, p. 832.

de Junho, a quinta desde Janeiro de 1868, como se esperava. Apenas as vozes de Sá da Bandeira e de Eugénio de Almeida se levantaram contra.

O reposicionamento da «Esquerda» explicava-se em função das suas preocupações com a deriva conservadora que pairava sobre a Europa, depois das vitórias militares da Prússia, cujos reflexos se começavam a fazer sentir em Portugal. A prova da inclinação reaccionária que ia dominando a política nacional era dada à evidência pela proibição por parte do governo Ávila/Carlos Bento em relação à realização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. O acto atentava contra a liberdade de pensamento, da palavra e de reunião. A acção arbitrária e violenta do Presidente do Conselho ofendia o espírito do século e corria o risco de produzir efeitos contrários ao pretendido pelo governo, pois a repressão exercida sobre as Conferências Democráticas iria conferir mais visibilidade às ideias republicanas e socialistas ali expressas. A reacção da «Esquerda» voltava a evocar a defesa dos princípios liberais numa altura em que começava a ser notória a aproximação entre regeneradores e «avilistas». Na época, chegou mesmo a correr por Lisboa, o rumor que dava como certa a entrada de Fontes Pereira de Melo para o governo, onde também pontificariam Ávila, Saldanha, o conde de Tomar. Neste quadro, também se levantaram vozes contra Ávila pelo facto do executivo ter proibido a venda do opúsculo de José Falcão, lente republicano da Universidade de Coimbra, intitulado *A Comuna de Paris e o Governo de Versalhes*. A atitude era considerada anti-liberal porque contrariava a liberdade de expressão³². Quando chegou o momento de ir a votos, a 9 de Julho de 1871, os «avilistas» não chegaram sequer à maioria relativa, saindo das eleições gerais uma câmara dos deputados mais fragmentada do que nunca. Os ministeriais obtiveram 27 deputados e os regeneradores, seus aliados preferenciais, somente 22. Históricos com 30 eleitos, Reformistas com 14 e Constituintes com 8, previsivelmente colocados em oposição ao governo, estavam em maioria³³.

³² *Diário Popular*, de 7, 20 e 28 de Junho de 1871, p. 1; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Agosto de 1871, p. 188 e Maria de Fátima Bonifácio, «Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário», in *Análise Social*, n.ºs 123-124, Lisboa, ICS, 1993, pp. 1067-1068.

³³ Todavia, em alguns círculos eleitorais os candidatos históricos foram eleitos com o apoio do governo. Marques Gomes, *História de Portugal Popular e Ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas*, XII vol., Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1907, p. 393 e Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 225 e 234.

Para a «Esquerda» a leitura deste desfecho era apenas uma. Ainda que com a cumplicidade de Ávila, o Partido Regenerador tinha obtido um resultado demasiado fraco para as suas aspirações de poder. Por outro lado, a participação eleitoral do executivo tinha-se saldado por um fracasso absoluto. Mas havia uma terceira conclusão a retirar do acto, pois «da eleição nenhum partido tem tal predomínio na câmara que possa formar governo. Esta é a feição de todas as lutas eleitorais a que o sr. marquês de Ávila preside. S. Ex.^a é iludido e atraído e vê-se por fim cercado de uma câmara que nem serve para ele ser governo, nem se presta a dar governo nenhum. É certo que talvez seja este o resultado que o Partido Regenerador desejava. Não tendo força para formar uma câmara sua, forceja para que as câmaras sejam ingovernáveis para que a coroa possa chamá-lo ao poder e ele então vencer assim umas eleições à força de violências».

Face a estes resultados, figuras da «Esquerda» mais exaltada, como o jornalista Mariano de Carvalho do *Diário Popular* passaram a defender publicamente a «aliança sincera e leal de todos os liberais contra os regeneradores e os outros reaccionários; é a divisão dos nossos homens políticos em 2 partidos fortes e bem definidos. Todos os esforços neste sentido nos parecem actualmente convenientes e úteis ao país. Os liberais têm obrigação de opor-se por todas as formas legais a que triunfem os reaccionários, a que tenhamos um governo violento e opressor e a que por isso rebente a guerra civil»³⁴. Estava lançada a semente. Pela primeira vez, uma voz autorizada dos reformistas propunha uma ampla coligação à esquerda para dar combate às forças «reaccionárias». Perante a perspectiva, agora mais real do que imaginária, de uma aliança entre avilistas e regeneradores, Mariano de Carvalho, em Julho de 1871, propôs pela primeira vez a junção das forças reformistas e históricas para dar luta à previsível aproximação entre Ávila e Fontes Pereira de Melo. O director do *DP* jogava inteligentemente na antecipação, pois apesar do Partido Histórico se encontrar num processo de reorganização interna, visível desde o desfecho da «Saldanhada», ou seja, desde o final da «Fusão», as forças do marquês de Loulé, Anselmo José Braamcamp e José Luciano de Castro ainda não tinham um programa político estruturado para apresentar ao eleitorado, problema que não afectava os reformistas. Assim, Mariano de Carvalho entendia que a superior maturação ideológica dos reformistas seria suficiente para engolir os históricos e ocupar-lhes o espaço político ao centro, caso estes aceitassem a

³⁴ *Diário Popular*, de 11 de Julho de 1871, p. 1.

coligação com o «Partido de Janeiro» que, em nítida perda de influência junto das suas bases sociais de apoio, encarava esta aliança como um «seguro de vida». Os históricos teriam os votos, mas os reformistas tinham as ideias que faltavam àqueles. Deixada a sugestão, no imediato ninguém a levou a sério, os históricos por razões óbvias, os dirigentes reformistas por autismo ou porque não lhe perceberam o alcance³⁵.

No governo, Ávila encontrava-se novamente sozinho e mais desacompanhado se deve ter sentido depois da partida do visconde de Chancelheiros do executivo a 12 de Julho, devido a desinteligências com o próprio³⁶. A força política do gabinete ficava reduzida à desgastada figura de Ávila e nem Carlos Bento acochado por todos os partidos lhe podia valer agora. O marquês estava num beco sem saída. Em desespero de causa ainda convidou os regeneradores para integrar o elenco ministerial, mas Fontes Pereira de Melo, ambicionando-lhe o lugar, recusou. O próprio jornal *A Revolução de Setembro* ditava que «as três oposições reunidas são fracas para derrubar o governo, mas são suficientemente fortes para não o deixarem governar». O presidente do conselho percebeu o recado³⁷.

Cansado, com a saúde abalada, sem maioria no parlamento e não contando com o apoio dos partidos, António José de Ávila apresentou a sua demissão a D. Luís. Como no último desejo do moribundo, reservou-se o direito de indicar Fontes Pereira de Melo para seu sucessor. O rei acedeu. A 13 de Setembro de 1871, Fontes foi nomeado formalmente para compor um governo integralmente constituído por regeneradores. Era a sua primeira presidência de um Conselho de Ministros.

A nova administração fontista não se incomodou em demasia com as ameaças veladas de históricos e reformistas. O equilíbrio de forças em São Bento era-lhe agora favorável depois de Ávila, na câmara dos pares, e dos constituintes na dos deputados, terem-se disponibilizado para cooperar com o executivo. Os votos destes combinados com os dos regeneradores asseguravam a maioria que tinha faltado ao governo anterior.

³⁵ Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto»*. *Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 106-110, policopiado.

³⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 28 de Agosto de 1871, pp. 413-417.

³⁷ *A Revolução de Setembro*, de 9 de Setembro de 1871, p. 1.

Durante os anos seguintes, o reino conheceu a acalmia política motivada por uma recuperação da situação financeira e pela bonança sentida na conjuntura internacional. A título de exemplo, refira-se que o valor do défice em 1872-1873 caiu para 55% do registado no ano anterior³⁸. A governação deu-se bem com a calma económica. Durante este período Ávila permaneceu fielmente ao lado dos regeneradores contribuindo para a estabilidade do mais longo governo da monarquia constitucional.

O FALSO CONSENSO EM TORNO DO MARQUÊS DE ÁVILA

Já em Janeiro de 1874, como sinal da força incontestada do ministério, começou-se a falar numa eventual dissolução da câmara, o mesmo é dizer que Fontes Pereira de Melo se preparava para dispensar a facção «avilista» e recheiar o futuro parlamento, exclusivamente, com regeneradores. A manobra não passava de um rumor não fundamentado. Por um lado, o presidente do Conselho continuava a estimar o apoio do marquês de Ávila enquanto factor de estabilidade da maioria, enquanto por outro, a coesão desta permanecia inabalável, voltando a ficar bem patente no esperado chumbo dos projectos de reforma da Carta Constitucional sucessivamente apresentados por Francisco Mendes e José Luciano, pelos reformistas e históricos, respectivamente, no começo do ano³⁹.

No entanto, a fractura entre «avilismo» e «fontismo» seria promovida pelos negócios em torno da concessão dos caminhos-de-ferro (de Cacilhas a Sesimbra pelo Pinhal Novo) a um deputado regenerador⁴⁰. No início de 1876, históricos e reformistas votaram com alguns «avilistas» ilustres, dividindo a coesão da bancada ministerial. O momento marcava o início do rompimento entre Ávila e Fontes. A «esquerda» teria de se preparar para uma alteração da situação política.

³⁸ Maria Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, p. 175.

³⁹ *O Paiz*, de 21 de Janeiro de 1874, p. 1; *Diário Popular*, de 22, 27 e 28 de Janeiro de 1874, p. 1; *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 23 de Janeiro de 1874, pp. 180-181 e Idem, sessão de 19 de Fevereiro de 1874, pp. 427-428.

⁴⁰ Conde de Monte Real, *Livro de Família In Memoriam de José Dionísio de Melo e Faro, 1834-1877, no centenário do seu nascimento, 1834-1934*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1934 e Magda de Avelar Pinheiro, «Lisboa e a Rede Ferroviária Portuguesa: os caminhos de ferro da capital», in *Ler História*, n.º 26, Lisboa, 1994, p. 81.

Os históricos, sobretudo a corrente próxima do marquês de Loulé⁴¹, estavam pouco inclinados a aceitar um entendimento com os reformistas porque este poderia servir para dar mais força a Ávila, ou seja, num momento de crise declarada e perante a eminência da queda do governo, a aproximação entre históricos e reformistas, se realizada em moldes pouco nítidos para o Paço, eventualmente, reabriria as portas dos Conselhos da Coroa ao velho marquês açoriano, provavelmente com o consentimento do próprio presidente do Conselho ainda em exercício. O Pacto da Granja, em Setembro de 1876, viria clarificar as posições das «esquerdas» reunidas a partir de Dezembro no novo Partido Progressista.

O longo governo de Fontes não sobreviveria por muito mais tempo sem o amparo de Ávila. O próprio marquês, a 15 de Janeiro de 1877, reuniu alguns dos seus amigos políticos para um encontro em sua casa, onde anunciou o fim do seu apoio político ao executivo porque, alegadamente, «este seguia principalmente na questão da fazenda um caminho errado, e que podia conduzir a grandes desastres». Os progressistas, naturalmente, aplaudiram de imediato o serviço prestado pelo presidente da câmara dos pares ao país, enquanto se preparavam para uma alteração tática significativa⁴².

Desgastado por 6 anos de governação, como Fontes Pereira de Melo já havia confessado aos pares do reino, sem autoridade e acossado no parlamento na questão da fazenda, o ministério pediu a demissão a 2 de Março de 1877. Passou a correr a notícia de que Ávila seria o sucessor de Fontes Pereira de Melo por indicação deste que, assim, retribuía o gesto de Setembro de 1871. Apesar das desavenças mais recentes, o chefe dos regeneradores reconhecia no marquês a única figura que poderia dar alguma continuidade à sua política, tarefa para a qual não confiava, de todo, nos progressistas⁴³.

⁴¹ Dentro do Partido Histórico, uma outra corrente, protagonizada por José Luciano de Castro, pelo contrário, desde 1871, advogava o entendimento político com os reformistas. Estes tinham no marquês de Sá da Bandeira o principal obstáculo à aproximação com os históricos. A morte de Loulé, em Maio de 1875, e de Sá da Bandeira, logo em Janeiro de 1876, abriu as portas ao Pacto da Granja e à «fusão» das principais forças da esquerda constitucional. Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 130-138, policopiado.

⁴² *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1877, p. 1.

⁴³ IAN/TT, Cartório da Casa Real, Caixa 7341, Capilha 350, carta de Fontes Pereira de Melo para D. Luís, de 2 de Março de 1877; Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*,

Desta vez o rumor teria confirmação. A 3 de Março já Ávila tinha o seu novo governo formado. Seria o terceiro e último. Todos os seus homens de mão foram chamados. Tratava-se de um executivo composto por amigos pessoais ou fiéis seguidores do herói de Bolama. A reacção dos progressistas a esta mudança constituía um verdadeiro primeiro teste à capacidade do novo partido responder às circunstâncias políticas de forma moderada, demonstrando respeito pelas opções régias. Não haveria grandes alternativas: ou contestavam, à boa maneira reformista, a decisão de D. Luís, que excluía os progressistas, através da realização de comícios e de uma violenta campanha nas páginas da imprensa ou se decidiam a apoiar o novo gabinete, evidenciando uma orientação mais comedida.

A «Esquerda» progressista desta feita optou pela via da moderação e aplaudiu o executivo. Em fins de Janeiro, Anselmo José Braamcamp, mandatado pela comissão executiva do seu partido, procurou Ávila para lhe transmitir o seu apoio caso caísse o governo. Ávila nem precisava de ter a certeza de que podia contar com os deputados progressistas uma vez que Rodrigues Sampaio, pelos regeneradores, havia declarado, igualmente, a cooperação da sua bancada com o governo. Ávila tinha conseguido a proeza nunca vista de reunir o consenso dos principais partidos e das figuras políticas mais importantes em torno do seu ministério⁴⁴. Todavia, tal como no passado recente, tal unanimidade soava a falso.

Os progressistas surgiam agora com os regeneradores do mesmo lado da barricada, esbatendo-se, desta forma, as diferenças políticas entre ambos. Para uma formação recém-constituída e que se pretendia impor, precisamente, por contraponto aos amigos de Fontes Pereira de Melo, este não era o cenário mais desejável. Parecia claro que os progressistas apoiavam Ávila para se aproximarem dos círculos do poder, enquanto os regeneradores se declaravam ministeriais para deles não serem excluídos, numa qualquer recomposição governamental.

O teste definitivo ao posicionamento do novo partido ficou marcado para Julho de 1877, altura em que deveriam ocorrer eleições municipais em Lisboa.

Porto/Lisboa, Afrontamento, Assembleia da República, 1999, pp. 107-108 e José Miguel Sardica, «Um homem para todas as causas – perfil político do duque de Ávila e Bolama», in *Análise Social*, n.º 160, Lisboa, ICS, 2001, p. 670.

⁴⁴ Anónimo, *Estado da Questão aos membros da maioria da Câmara dos Deputados na sessão de 1879*, Lisboa, Typographia de J. H. Verde, 1879, p. 7.

Os progressistas perceberam que era chegado o momento de marcar uma posição a nível local. A votação ocorreria a 15 de Julho saindo os progressistas em triunfo. Tratava-se de um sinal claro de como os progressistas eram importantes para o apoio ao governo. Pareciam agora mais «avilistas» que o próprio Ávila⁴⁵.

Em breve, a política caseira seria animada por outra controvérsia. Quando abandonou funções executivas, Fontes Pereira de Melo permitiu-se fazer um «grand tour» pela Europa. Sucedeu que antes de regressar a Portugal, o ex-ministro concedeu uma entrevista ao jornal espanhol *La Época*, onde declarou com alguma sobrançeria que tinha deixado o poder para descansar, mas que a ele voltaria em breve, dando a entender que o lugar de presidente do Conselho seria seu no momento em que o decidisse. O jornalista traduziu estas declarações escrevendo que Fontes passeava «mientras vuelve á la direccion de los negócios de Portugal». Por outras palavras, o líder regenerador deixava claro que Ávila era uma espécie de interino até que ele se dispusesse a retomar o seu lugar, palavras que debilitaram um executivo cuja autoridade política já tinha conhecido melhores dias.

A declaração caiu quem nem uma bomba ameaçando a credibilidade do governo. Os progressistas mantiveram-se ao lado do marquês de Ávila. Parecia claro que a domesticação do seu posicionamento, onde se procurava acima de tudo manter a consonância de posições com Ávila, deriva antes do mais da perspectiva de que, desta forma, o Partido Progressista ganhava respeitabilidade e credibilidade aos olhos do paço, agora que se tinha percebido que o executivo não se iria manter muito mais tempo em funções⁴⁶.

A posição dos progressistas ganhou foros de oficial quando a mesma foi aprovada durante a realização da 2.^a Assembleia-Geral do partido, realizada a 27 de Dezembro de 1877. Os da Granja decidiram então manter o apoio ao ministério. A estratégia era fácil de explicar. Fontes Pereira de Melo percebera desde que tinha regressado ao reino, em Outubro, que Ávila perdia força a cada dia que passava. O líder regenerador, convencido que o marquês iria dissolver as câmaras, em Janeiro de 1878, e marcar eleições, dava instruções aos seus prosélitos para se prepararem para tal situação. Os progressistas, naturalmente, apoiavam a medida, persuadidos que também estavam de que das urnas iria

⁴⁵ José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, Assembleia da República e D. Quixote, 2005, p. 546.

⁴⁶ *Diário Popular*, de 4, 6 e 8 de Dezembro de 1877, p. 1.

sair uma maioria «avilista». Dado o afastamento entre estes e os regeneradores, o Presidente do Conselho de Ministros não teria outra alternativa que não fosse a de chamar os progressistas para integrar a futura governação. Para além disso, como explicou candidamente José Luciano de Castro na referida 2.^a Assembleia-Geral progressista, na província os amigos do partido andavam descontentes pela oposição que lhes era dirigida pelas autoridades administrativas locais, muitas delas nomeadas ainda pelo governo regenerador. A alteração deste quadro implicava continuar a apoiar o governo, posicionamento que seria devidamente recompensado quando chegasse o momento certo, sendo que esse momento parecia agora mais perto de se concretizar⁴⁷.

A aproximação entre progressistas e «avilistas» também se explicava em função da promessa do governo de levar uma proposta de reforma eleitoral ao parlamento, o que ocorreria a 7 de Janeiro de 1878. A proposta alterava o número de círculos, que passava dos 107 para os 137 e concedia o direito de voto a todos os cidadãos que soubessem ler e escrever, aos tivessem modo de vida conhecido e aos chefes de família, desde que declarassem um rendimento de 100\$000 réis, legislação que emergia como mais consentânea com as aspirações da «Esquerda».

Os regeneradores também não se encontravam desmobilizados. Fontes Pereira de Melo, pelo seu lado, preparava uma moção de censura a Ávila, alegadamente por causa da sempre problemática questão da Fazenda. Os progressistas alinharam ao lado de Ávila e apelaram para o poder moderador. Competia ao soberano acabar de vez com a crise e dissolver o parlamento. A 26 de Janeiro de 1878 era votada em São Bento uma moção de censura ao governo que foi claramente aprovada por 69/19. A mensagem não podia ser mais clara. Desautorizado e sem saída, António José de Ávila pediu a dissolução.

A 27 de Janeiro, D. Luís, contra todas as expectativas dos progressistas e dos apoiantes do gabinete, optou mesmo por demitir Ávila e chamar Fontes Pereira de Melo para o seu lugar⁴⁸. Para as hostes da Granja e para as suas esperanças de virem a ser chamados para os Conselhos da Coroa, tratava-se de um autêntico balde de água fria. A reacção surgiu intempestiva, sob a forma

⁴⁷ *Diário Popular*, de 24 e 31 de Dezembro de 1877, p. 1 e *O Progresso*, de 28 de Dezembro de 1877, p. 1.

⁴⁸ Duarte Gustavo Nogueira Soares, *Considerações sobre o presente e o futuro político de Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1883, pp. 189-191 e 198-199 e José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama, Biografia*, Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2005, p. 553.

de editoriais nos periódicos, dos mais violentos que se escreveram ao longo de toda a história do constitucionalismo monárquico contra o poder moderador. Como o rei explicou a alguns confidentes, não se encontrava disposto a dar posse a um governo que integrasse gente que o tinha atacado na imprensa de forma violenta ao longo dos anos. Para além disso, o líder Anselmo Braamcamp demonstrava fraqueza política porque não conseguia controlar os ímpetus mais exaltados dos seguidores da Granja oriundos das fileiras reformistas. O país ainda não tinha demonstrado desejar um governo progressista pelo que o soberano se limitou a chamar o líder «autorizado e reconhecido de uma maioria parlamentar numerosa e compacta». Na prática e dado o evoluir da situação internacional, sobretudo preocupante em França e Espanha, onde a instabilidade política ditava a lei, o paço não estava disposto a entregar o poder a um grupo de demagogos em quem não confiava minimamente. Para além disso e dadas as circunstâncias, o Partido Regenerador oferecia outras garantias de estabilidade nas políticas seguidas por ser «o mais bem forte, o mais bem organizado, o mais disciplinado e o que maior apoio encontrava nas classes dominantes do país»⁴⁹. Para os progressistas, Ávila caiu devido aos receios de que os mesmos progressistas fossem chamados pelo marquês para um futuro governo. Em Março, Ávila recebeu o título de duque. A honraria cheirava a compensação pelo seu despedimento⁵⁰.

Surgia, entretanto, novo rumor, alimentado por Emídio Navarro no jornal *O Progresso*, de que D. Luís afastara Ávila, em Janeiro, porque este se recusara a fazer adiantamentos à Casa Real⁵¹. Nas entrelinhas percebia-se que Fontes, o eleito para a substituição, não sofreria dos mesmos problemas de consciência. A tese fazia algum sentido. Apesar de Ávila ter sido sempre uma figura próxima do paço, é verdade que o seu governo de 1877-1878 pregou abundantemente a bandeira das «economias», tendo-se visto sem margem de manobra orçamental para corresponder ao eventual pedido régio. O *Diário Ilustrado*,

⁴⁹ Homem Cristo, *Monárquicos e Republicanos (apontamentos para a história contemporânea)*, Porto, Livraria Escolar Progrédior, 1928, p. 24.

⁵⁰ Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 185-194, policopiado.

⁵¹ António Álvaro Dória, «Movimentos Políticos do Porto no Século XIX», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, Edições Maranus, 1957, pp. 407-408.

afecto aos regeneradores, veio logo solicitar esclarecimentos ao duque. Ávila não apreciou ter de prestar tal favor a Fontes, mas veio a público proteger as instituições e o rei, mandando publicar um desmentido no mesmo jornal, a 4 de Setembro. Segundo as forças governamentais, tal negação arruinava ainda mais a credibilidade da oposição progressista que ficava com o libelo de ter levantado uma acusação falsa contra o Paço. Mariano de Carvalho, numa fuga para a frente, não acreditou nas palavras de Ávila e pediu um inquérito à situação, que seria recusado pelos regeneradores. O assunto morreria por aí, mas no ar ficava a suspeita de que o famoso ministério «mientras vuelva», afinal, tinha caído por razões diferentes das que transpareciam à primeira vista⁵². Seria novamente a questão financeira a ditar a queda de um governo. A 28 de Maio de 1879, o conde de Casal Ribeiro propôs que se levantasse um inquérito à actuação do ministério durante a crise financeira de 1876. Veio a apurar-se que, nesse contexto, o executivo adiantara ilegalmente fundos ao Banco Nacional Ultramarino. O titular da Fazenda, António de Serpa, atacado nas duas câmaras do parlamento, fez constar ao chefe do governo que não tinha condições para se manter no gabinete. Deixado praticamente sozinho, visto que apenas Rodrigues Sampaio se dispunha a continuar a seu lado, e sem alternativas, Fontes Pereira de Melo apresentou a demissão a 29 de Maio. O rei chamou imediatamente Ávila e Francisco Costa, os presidentes das duas câmaras do parlamento para os ouvir sobre a situação política. Esgotadas todas as soluções, estes teriam aconselhado D. Luís a chamar, finalmente, os progressistas para os Conselhos da Coroa. Ainda nessa noite, Anselmo José Braamcamp deslocou-se ao paço da Ajuda, onde recebeu a notícia de que iria ser ele a organizar o próximo gabinete.

A 31 de Maio de 1879 já se conhecia a composição do executivo progressista. Barros e Cunha, pelos amigos de Ávila, mostrou-se solidário com a nova administração, que teria de enfrentar durante algum tempo um parlamento claramente adverso. Segundo Anselmo Braamcamp, na câmara dos pares, o executivo iria sair-se bem graças ao apoio «sincero e lealíssimo do sr. duque de Ávila e dos seus partidários, que têm prestado grandes serviços à situação». Esta afirmação mostrava como, apesar da cooperação dos «avilistas» ser

⁵² Eduardo de Noronha, *O Rei Marinheiro. Subsídios para a história política. Social, militar, literária, industrial e artística do reinado de D. Luís I*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a - Editores, s.d., p. 202.

irrelevante na câmara dos deputados, ela seria imprescindível na dos pares⁵³. Depois de várias passagens pelo poder, em 1868-1871 e 1877-1878, amparado pela «Esquerda», Ávila retribuía o auxílio colaborando com o Partido Progressista na sua primeira aventura nos Conselhos da Coroa. A improvável aliança, que até então tinha servido propósitos de mero oportunismo político, manter-se-ia tão volátil como no passado.

A deficiente gestão do Tratado de Lourenço Marques e a tentativa de reforma fiscal imposta pelo ministro Barros Gomes, assente na criação de um novo imposto sobre o rendimento, afundaram o governo e o partido que o apoiava em sucessivas contradições. Os progressistas no poder revelaram-se incapazes de realizar o programa aprovado na Granja, afastando-se da sua matriz fundacional, agravando as clivagens internas que minaram a prazo a credibilidade do executivo⁵⁴.

Para reforçar o controlo político sobre a câmara alta, onde o apoio de Ávila não era seguro, o governo propôs, como se esperava, uma fornada de 16 pares, que seria aceite por D. Luís I, contra o parecer do Conselho de Estado, a 30 de Novembro. Neste órgão, apenas Anselmo Braamcamp se teria manifestado a favor. Para grande surpresa dos ministeriais, Ávila e Casal Ribeiro, seus aliados de horas recentes, votaram contra. Os progressistas optaram por não comentar estas posições, preferindo desmentir que ambos já não patrocinavam o governo e lembrando a lealdade dos da Granja ao duque, em 1877-1878. Esperavam agora continuar ser retribuídos.

Quando o parlamento reabriu, em Janeiro de 1881, Fontes Pereira de Melo reuniu os regeneradores para coordenar o ataque à política do executivo, anunciando que lhe iria mover uma «Guerra Santa». Este seria um sinal de que tinham perdido a esperança de ver Ávila tomar o lugar de Anselmo Braamcamp. Os da Granja, pelo seu lado, continuavam a não acreditar que o duque se fosse simplesmente entregar nos braços dos regeneradores. Mais uma vez seria isso mesmo que iria suceder.

⁵³ *Diário Popular*, de 14 de Maio de 1880, p. 1.

⁵⁴ Paulo Jorge Fernandes, *O «Poder Oculto». Biografia Política de Mariano Cirilo de Carvalho*, dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política dos Séculos XIX-XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 234-278, policopiado.

CONCLUSÃO

Para além dos erros cometidos pelos próprios, a nova aliança Fontes/Ávila liquidou de vez as aspirações de Anselmo Braamcamp e companhia. A 22 de Março de 1881, o Presidente do Conselho foi à Ajuda tentar evitar a demissão do seu executivo propondo ao rei uma recomposição ministerial, mas esta não seria aceite. Numa manobra de recurso, o líder do Partido Progressista tentou o adiamento das cortes, mas o expediente também foi recusado. Esgotadas as alternativas, Anselmo Braamcamp apresentou a resignação do seu governo. Terminavam, assim, sem glória, os 22 meses da primeira administração progressista. Os seus críticos mais radicais atribuíram a queda desta ao facto dos membros do gabinete terem faltado ao compromisso da Granja em matéria de impostos e porque se «acomodaram, no entretanto, com a situação cartista, ou conservadora»⁵⁵.

Cabia ao Paço, como era habitual, solucionar a crise política. O duque de Ávila, novamente o nome mais falado para ocupar o lugar dos progressistas, recusou-se a entrar no novo executivo alegando problemas de saúde. D. Luís aceitou, então, nomear António Rodrigues Sampaio para formar o governo, solução que foi inspirada por Fontes Pereira de Melo de acordo com Ávila, naquela que seria a sua última manobra política. Poucas semanas depois, a 3 de Maio de 1881, o nobre falecia em Lisboa. O funeral, que saiu da igreja dos Mártires em direcção ao cemitério dos Prazeres, foi acompanhado por uma multidão, onde os principais representantes da «Esquerda» fizeram questão de marcar presença.

António José de Ávila protagonizou um trajecto singular na história política portuguesa. O «avilismo» a que deu corpo distinguiu-se pela sua notável capacidade de adaptação às circunstâncias governativas. Sendo um projecto aberto a todos os compromissos seria capaz de aceitar alianças com os parceiros mais improváveis. Foi elevado por duas vezes ao poder em companhia do radicalismo com o propósito de o manter sob controlo, tarefa na qual foi bem sucedido. Na terceira passagem pela presidência do Conselho, Ávila conseguiu mesmo a inverosímil proeza de, ainda que por razões opostas, ter reunido o consenso das principais forças políticas do arco constitucional do reino. O homem que serviu todas as causas também assistiu a «esquerda» do regime, dos moderados aos exaltados, ficando-lhe a dever, em boa parte, a sua existência.

⁵⁵ *Diário Popular*, de 23 e 25 de Março de 1881, p. 1.

